

Convite Regional da África ARC (2024)

Prefácio

A África é um dos continentes mais vulneráveis às alterações climáticas e à variabilidade climática, uma situação agravada pela interação de múltiplos fatores de estresse, ocorrendo em vários níveis, e baixa capacidade adaptativa (alta confiança). De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Climática de 2021, nove dos dez países mais vulneráveis do mundo estão na África Subsaariana. Os principais setores de desenvolvimento sofreram perdas e danos generalizados atribuíveis às mudanças climáticas, incluindo perda de biodiversidade, escassez de água, reduções no rendimento agrícola, diminuição do turismo costeiro devido a eventos de branqueamento de corais, e produtividade da pecuária e da pesca. Além disso, os impactos adversos na saúde humana incluem doenças relacionadas ao estresse térmico e aumento de doenças transmitidas por vetores e, especialmente, o surgimento de novas doenças, diminuição da disponibilidade de abrigos, aumento do nível do mar e danos causados por perigos relacionados aos oceanos, exacerbação de questões de segurança nacional e conflitos internacionais, bem como mudanças nos ecossistemas de água doce, marinhos e terrestres.

Os principais setores econômicos da África também são vulneráveis à atual sensibilidade climática, com enormes impactos econômicos, e essa vulnerabilidade é exacerbada pelos desafios de desenvolvimento existentes, como pobreza endêmica, governança complexa e dimensões institucionais, acesso limitado ao capital, incluindo mercados, infraestrutura e tecnologia, degradação de ecossistemas, e desastres e conflitos complexos. Desde 2020, a África tem perdido de 7 a 15 bilhões de dólares por ano devido aos efeitos devastadores das mudanças climáticas. A previsão é que esse valor de perda aumente, alcançando 50 bilhões de dólares por ano até 2030, representando, em média, até 7% do PIB da África. Esta situação crítica foi agravada pelos impactos econômicos da pandemia de COVID-19 e pela guerra Rússia-Ucrânia, que afetou as importações de combustíveis e alimentos. Esses efeitos resultaram no

sofrimento de economias inteiras e em um aumento da carga sobre populações vulneráveis, como mulheres e crianças.

A exposição e a vulnerabilidade às alterações climáticas nos países africanos são multidimensionais, com fatores socioeconômicos, políticos e ambientais se cruzando e exigirão uma abordagem transdisciplinar e parcerias transfronteiriças para abordar e fornecer soluções abrangentes para os desafios associados. Nos últimos três anos, o Fórum Belmont se envolveu com pesquisadores dos países africanos por meio de uma série de atividades de escopo para identificar lacunas de conhecimento e prioridades na abordagem da vulnerabilidade às mudanças climáticas em todo o continente.

Em apoio às metas de clima, meio ambiente e sustentabilidade da União Africana e às áreas prioritárias para a Agenda 2063, a NRF está liderando o desenvolvimento de uma Chamada Regional Africana de Ação de Pesquisa Colaborativa (CRA) do Fórum Belmont para abordar alguns dos desafios descritos acima.

Contexto Político

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alerta que o progresso no desenvolvimento humano alcançado na última década pode ser desacelerado ou até mesmo revertido pelas mudanças climáticas, à medida que novas ameaças surgem à segurança hídrica, alimentar e à saúde pública. Os impactos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar, secas, ondas de calor, inundações e variação das chuvas, podem, até 2080 levar mais 600 milhões de pessoas à desnutrição e aumentar o número de pessoas que enfrentam escassez de água em 1,8 bilhão. Uma variedade de processos climáticos e não climáticos influencia os fatores de inundações, resultando em inundações de rios, inundações repentinas, inundações urbanas, inundações de esgoto, inundações costeiras, e inundações por rompimentos de barragens naturais de lagos glaciais. Os debates políticos sobre a crise alimentar, como a Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em junho de 2008, não identificaram o papel da gestão sustentável da terra na garantia da segurança alimentar.

A estratégia de mudança climática da União Africana (UA) foi produzida como um documento de planejamento estratégico de dez anos, como parte de um esforço cooperativo proativo para cumprir a Agenda 2063. O principal objetivo era abordar as implicações e os encargos das mudanças climáticas que limitam a integração e o desenvolvimento da África. Esta estratégia da UA para as mudanças climáticas também funciona no contexto de um conjunto mais amplo de planos e esforços internacionais e continentais. Isso inclui o Acordo de Paris da UNFCCC, a Agenda 2063 da União Africana,

a Agenda 2030 das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, o Programa Africano Abrangente de Desenvolvimento Agrícola, o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas na África, a Iniciativa de Adaptação da África, a Zona de Comércio Livre Continental Africana, Iniciativa de Desenvolvimento Industrial Acelerado para África e o Plano de Ação de Recuperação Verde da UA.

Sob a liderança e propriedade africana, um dos princípios fundamentais da Agenda 2063 da Estratégia CC da UA afirma explicitamente que o continente deve gerar sua própria capacidade científica, tecnológica e empreendedora dinâmica, e inovar fontes de financiamento, previsíveis e sustentáveis para a sua resposta às mudanças climáticas, incluindo os valores sociais e culturais da África e as dotações de capital natural. Isso pode ser alcançado promovendo a ação climática e ambiental como uma oportunidade de investimento e uma fonte de melhoria socioeconômica em fóruns de políticas de alto nível dos Estados-membros, como a Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN) e a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA).

De acordo com a COP26 sob Fundo Monetário Internacional (FMI), desde a virada do século, as mudanças climáticas causaram à África Subsaariana perdas econômicas diretas anuais de mais de 520 milhões de dólares. Estima-se que o continente gastará entre 7 e 15 bilhões de dólares por ano para colocar em ação sua resposta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Até 2050, a previsão é que esse número aumente para 35 bilhões de dólares anualmente. Até 2050, prevê-se que as mudanças climáticas custem à África 4,7% do seu PIB, enquanto custarão à América do Norte 1,1%. Além disso, a taxa de aquecimento no continente é maior do que a média global de 0,15°C por década entre 1951 e 2020. Espera-se que o continente experimente um aumento de extremos de calor e extremos de chuva mais frequentes e intensos como resultado do aquecimento global observado.

As nações africanas estão fazendo esforços para diminuir os efeitos das mudanças climáticas. Em 2019, as nações africanas já haviam superado suas contribuições para as mudanças climáticas, gastando uma média de 5% de seu PIB anual para apoiar os esforços de adaptação e mitigação. Além disso, organizações regionais como a Iniciativa Africana de Adaptação estão trabalhando arduamente para aumentar a resiliência agrícola da África. Por exemplo, o Marrocos está liderando o mundo na produção de energia solar, o que evita que sejam emitidas mais de 760.000 toneladas de dióxido de carbono por ano. Outro esforço notável para reduzir as emissões do Quênia em 32% até 2030 é o uso de energia geotérmica. As nações africanas estão contribuindo de suas próprias maneiras. No entanto, em última análise, cabe a todos os países permanecerem

dedicados a cumprir a promessa do Acordo de Paris de uma resposta justa, igualitária e enérgica às mudanças climáticas.

Como a maior ilha do mundo e o segundo maior continente, a África é altamente dependente dos recursos costeiros e marinhos. O estado do oceano influencia a segurança alimentar, a proteção costeira, o comércio marítimo e o desenvolvimento econômico, além da capacidade da humanidade de atender às aspirações climáticas nacionais, regionais e globais. Sem medidas urgentes para corrigir a degradação acelerada do oceano, a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável na África será comprometida. A Estratégia Marinha Integrada para a África 2050 (AIM), lançada em 2012, reconhece a importância do oceano para o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo na África. A visão geral da Estratégia AIM 2050 é promover uma maior criação de riqueza a partir dos oceanos e mares da África, desenvolvendo uma economia azul sustentável e próspera de maneira segura e ambientalmente sustentável. A Estratégia reconhece a importância de aumentar a pesquisa, a inovação e a capacidade na África para cumprir os seus objetivos estratégicos declarados.

De acordo com esta premissa, a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável é uma iniciativa liderada pela ONU que fornece um marco para a geração e adoção da ciência oceânica transformadora para contribuir para o desenvolvimento sustentável, incluindo os objetivos e as metas da Agenda África 2063. Reconhecendo a importância fundamental dos recursos costeiros e marinhos para a África, juntamente com os desafios específicos enfrentados pelo continente e pelos Estados Insulares adjacentes, o Roteiro para África da Década do Oceano foi lançado em 2022 para identificar prioridades para o conhecimento dos oceanos, desenvolvimento de capacidades e infraestruturas de pesquisa oceânica no âmbito da Década do Oceano.

Antecedentes e justificativas

Após quatro reuniões de definição de escopo onde uma série de questões foram levantadas por diversos participantes, todas as questões foram sintetizadas e resumidas em três temas, a saber:

1. Nexo Água - Energia - Alimentos - Saúde
2. Poluição
3. Preparação, capacidade de resposta e recuperação para desastres

A economia verde e azul também foi identificada como uma questão transversal aos três temas. Além disso, a educação e a conscientização foram identificadas como atividades

transversais que envolve a concepção e a entrega de programas e materiais educacionais e de comunicação que podem aumentar o conhecimento e as habilidades do público e das partes interessadas sobre a conservação de recursos, para aumentar a participação e o empoderamento da comunidade nos três temas identificados.

Área 1

Nexo Água – Energia – Alimentos – Saúde

A água, a energia e a segurança alimentar estão inextricavelmente ligadas à sustentabilidade humana, ambiental e financeira. O fornecimento inadequado de água, a má qualidade da água, dietas não saudáveis, suprimentos alimentares não confiáveis ou inseguros e falta de energia ou energia inconsistente têm inúmeras implicações para a saúde humana, animal e do ecossistema – especialmente quando esses fatores são combinados. Além disso, a segurança alimentar depende da saúde e da produtividade dos animais e das plantas, bem como da prevenção da contaminação e da deterioração.

Em todo o continente, os esforços para aumentar a sustentabilidade desses elementos do Nexo resultam naturalmente em benefícios tanto para os seres humanos quanto para o ambiente marinho e terrestre. É fundamental que este CRA aborde o impacto das mudanças climáticas na água, energia e sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que forneça mecanismos para melhorar os resultados de saúde e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, incluindo acabar com a pobreza extrema, melhorar a educação, criar água potável e de alta qualidade, gerenciar de forma sustentável o verde e o azul (terra e oceano) e fornecer acesso a fontes de energia acessíveis, confiáveis e limpas. Também existem oportunidades em todo o Nexo água-energia-alimentos-saúde para sustentar o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo, incluindo o desenvolvimento de uma economia verde e azul sustentável (terra e oceano), mas são necessários ciência e conhecimento específicos da África para otimizar esse potencial. A pesquisa deve ser inovadora e promover o uso de tecnologia relevante para o contexto africano.

O objetivo é reunir atores para encontrar soluções inovadoras para o desafio Nexo de água-energia-alimentos-saúde, com a meta de aumentar o acesso e a qualidade de vida. Portanto, contribuições que apoiem pesquisas inovadoras sobre o Nexo água-energia-alimentos-saúde são encorajadas para esta chamada, tais como conhecimento robusto e avaliações do Nexo água-energia-alimentos-saúde, governança e gestão multinível do Nexo água-energia-alimentos-saúde, e gerenciamento de potenciais estratégias e

soluções para abordar os riscos e compromissos emergentes da transição energética e do Nexo água-energia-alimentos-saúde.

Área 2

Poluição

A poluição, incluindo a terrestre, aérea e marinha, é a principal causa ambiental de doenças e mortes prematuras no mundo. A poluição do ar causada pela queima de lenha para cozinhar, por aquecedores, pela queima de biomassa, pelas emissões de veículos, pela poeira soprada pelo vento e por outras fontes é responsável por mais de 1 milhão de mortes por ano na África. De acordo com Fisher et al, 2021, a poluição do ar só perde para a AIDS em termos de mortes na África. Embora essas partículas em suspensão possam ocorrer em qualquer lugar do continente, muitas cidades africanas atualmente têm concentrações que excedem em muito os níveis saudáveis, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde. A exposição prolongada é particularmente prejudicial ao desenvolvimento das crianças, podendo resultar em distúrbios pulmonares e cardíacos, acidente vascular cerebral e morte. Alguns aerossóis, como os de carbono negro e sulfato, também têm impactos que podem exacerbar ainda mais as mudanças climáticas, incluindo padrões de chuva e calor extremo, o que, por sua vez, afeta a saúde e os meios de subsistência. Esforços para a transição para fontes de energia renováveis são necessários.

A África é rica em recursos naturais e minerais, no entanto, a exploração desses recursos, o crescimento populacional, os despejos das regiões urbanas e industriais, as atividades agrícolas, a mineração, os depósitos de lixo, o lixo eletrônico e os derramamentos de óleo levaram à poluição extrema do meio ambiente. As atividades econômicas no oceano geram outros tipos de poluentes, incluindo poluição sonora e luminosa subaquática, ou despejo no mar, que podem afetar os ecossistemas marinhos e a biodiversidade. A deposição de resíduos em terra, no subsolo ou no oceano contamina o solo e as águas subterrâneas, resulta em lixo no mar e ameaça a saúde pública, a economia e seu tecido social. As mudanças climáticas projetadas podem exacerbar ainda mais a poluição ambiental. Portanto, as pesquisas desta chamada à apresentação de propostas deverão melhorar a sustentabilidade dos recursos terrestres e marinhos e sua capacidade de sustentar os sistemas de vida, aumentar o conhecimento rigoroso do impacto da poluição na biodiversidade oceânica e na economia azul, e também deverão proporcionar mecanismos para a gestão sustentável

dos oceanos. Elas também podem incluir mecanismos para aproveitar a reciclagem de resíduos plásticos e outros poluentes terrestres e oceânicos.

Neste contexto, são incentivadas contribuições que apoiem a pesquisa inovadora e novas soluções para o desafio da poluição na África. Isso inclui a avaliação dos impactos da poluição na terra, no ar e nos oceanos.

Área 3

Preparação, capacidade de resposta e recuperação para desastres

A pandemia de Covid-19, as inundações e secas em várias partes do continente e os perigos relacionados aos oceanos, como o aumento do nível do mar, tsunamis e tempestades costeiras mais frequentes e intensas, demonstram que a maioria dos países não é totalmente capaz de projetar medidas ágeis e eficazes de alerta, resposta e recuperação de desastres. Embora medidas mínimas de gestão e recuperação de desastres tenham sido implementadas, elas foram insuficientes para estabilizar as atividades de desenvolvimento socioeconômico e ecológico de suas comunidades. Como resultado, a pobreza está aumentando, bem como uma série de questões sociais.

Neste contexto, são incentivadas contribuições que apoiem pesquisas que identifiquem mecanismos eficazes de preparação, resposta e recuperação de desastres nas regiões mais propensas a desastres, incluindo comunidades costeiras na África. Isso inclui a avaliação de riscos de desastres e múltiplos perigos, mapeamento, resposta e operações de socorro, sistemas de alerta e aviso precoce de desastres, além do planejamento e implementação de ações de médio e longo prazo para a recuperação e reconstrução após desastres.

Requisitos do projeto:

As propostas devem incluir uma ligação forte e deliberada entre os aspectos sociais e ambientais no âmbito dos desafios ambientais globais, a fim de garantir que satisfaçam o Desafio Belmont para a investigação transdisciplinar internacional: fornecer

conhecimentos para a compreensão, mitigação e/ou adaptação às alterações ambientais globais.

Dada a complexidade e o âmbito destes desafios, os consórcios de investigação devem ser verdadeiramente transdisciplinares, incluindo assim investigadores de: a) ciências sociais/humanidades/economia; b) ciências naturais/ciências físicas/engenharia/tecnologia, e c) parceiros societais (ou seja, cidadãos, indústria, organizações da sociedade civil), utilizando uma abordagem participativa, de cocriação e de co-implementação. Outros detentores de conhecimentos são bem-vindos a fazer parte do consórcio proponente, desde que este critério mínimo seja cumprido.

As propostas bem-sucedidas **devem abordar o Tema do Convite** e se desenvolver *em pelo menos uma/duas das três Áreas (com ligações transversais em várias Áreas, bem como a integração das economias azul e verde, educação e sensibilização encorajadas)*. As submissões devem descrever claramente como o projeto proposto irá abordar o Tema do Convite e realizar as atividades. As propostas bem-sucedidas incluirão orçamentos bem justificados, divisão de fundos e atribuição clara de funções, responsabilidades e tempo.

As propostas devem incluir:

1. **Plano de gestão de dados** incluindo a acessibilidade pública dos dados, objetos digitais, resultados e conclusões;
2. **Descrição do projeto** incluindo os antecedentes, o plano de investigação e a composição do consórcio, com uma análise pormenorizada do envolvimento das partes interessadas e do processo de coprodução;
3. **Plano de Gestão** descrevendo a implementação do projeto e a sua coordenação geral, monitorização, supervisão e avaliação;
4. **Plano de Impacto, Envolvimento e Disseminação** incluindo o desenvolvimento de vídeos introdutórios e de valorização para as reuniões iniciais e finais, atividades planeadas nas redes sociais, bem como quaisquer outras atividades de comunicação externas previstas como resultado deste trabalho, e atividades de capacitação previstas como parte do co-desenvolvimento da pesquisa;
5. **Plano de financiamento** incluindo o financiamento para participar em atividades coordenadas ao longo do período de desenvolvimento do projeto, tais como a participação nas reuniões iniciais, intermediárias e finais do CRA a realizar no [Congresso de Investigação e Inovação em Sustentabilidade](#). As despesas para estas atividades devem ser contabilizadas no Plano de Financiamento para permitir a participação de *pelo menos* três membros do Consórcio.

Duração do projeto:

Os projetos devem ter duração de *três* anos, embora os anexos individuais possam fornecer apoio por períodos variáveis de até *quatro* anos (conforme definido pelo anexo de financiamento aplicado).

Crítérios de elegibilidade:

As propostas devem abordar um ou mais dos temas especificados, satisfazendo simultaneamente o Desafio Belmont para a investigação transdisciplinar. Os consórcios com uma maior proporção de investigadores africanos ou baseados no Sul Global terão uma vantagem adicional.

Dada a complexidade e a amplitude dos desafios, os consórcios de investigação devem ser verdadeiramente transdisciplinares, reunindo investigadores das ciências naturais e sociais, bem como parceiros societais (ou seja, comunidades locais, setores público e privado, organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e organizações governamentais) através de abordagens participativas, de cocriação, co-desenvolvimento e co-implementação. Uma vez cumprido este critério mínimo, outros detentores de conhecimentos podem juntar-se ao consórcio proposto. A transdisciplinaridade dos consórcios de investigação e a participação ativa das partes interessadas envolvidas nos conteúdos de investigação e inovação são critérios importantes que devem ser claramente demonstrados na candidatura.

Os pesquisadores e parceiros societais de países não apoiados por nenhuma das agências parceiras podem participar no projeto de pesquisa às suas próprias despesas.

Para serem considerados elegíveis para este convite, os grupos de pesquisa ("Consórcios de Pesquisa") requerem três ou mais participantes do Consórcio, representando pelo menos três países diferentes, cada um solicitando apoio de pelo menos três organizações de financiamento participantes. **Para cada consórcio, pelo menos dois países devem ser do continente africano. Para consórcios com um grande número de países participantes, um mínimo recomendado de 50% deve ser do continente africano.**

Para ser considerado elegível para este convite, um Consórcio de Pesquisa deve ter **três ou mais participantes**, representando **pelo menos três países diferentes**, solicitando apoio de **pelo menos três agências de financiamento participantes**. Os requisitos de elegibilidade de cada agência de financiamento podem ser encontrados no anexo desse convite no [site do Belmont Forum](#).

Os membros do consórcio podem **solicitar financiamento** ou **apoio em espécie**, conforme descrito em cada anexo. Outros membros podem participar numa capacidade

autofinanciada, desde que o mínimo de três participantes de três países, solicitando a três agências de financiamento seja atingido.

Cada Consórcio de Investigação **deve ter um Líder de Consórcio**, que atua para facilitar a colaboração e a comunicação entre a equipe, submeter a proposta de investigação e os relatórios anuais, que devem ser entregues a cada 15 de junho durante todo o desenvolvimento do projeto. **Os Líderes de Consórcio devem solicitar financiamento** a uma agência de financiamento participante e não podem participar de forma autofinanciada ou em espécie. É fundamental que cada Membro do Consórcio e Líder do Consórcio revisem os anexos das agências de financiamento aplicáveis a este Convite para determinar se os seus pedidos de financiamento no Plano de Financiamento se alinham com o apoio disponível. As perguntas específicas sobre a elegibilidade devem ser dirigidas ao ponto de contato relevante indicado na parte inferior de cada anexo institucional. Incentivamos a criação de um Consórcio de Pesquisa equilibrado em termos de gênero e distribuição geográfica que ofereça oportunidade de participação a investigadores em início de carreira.

Favor observar que algumas agências de financiamento que participam desse convite à pesquisa adotaram políticas que podem não permitir o financiamento de indivíduos se houver uma pessoa, instituição pública ou privada, empresa ou associação da Rússia ou da Bielorrússia no respectivo consórcio. Os consórcios podem ser considerados inelegíveis por este motivo.

Critérios de avaliação:

As propostas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios de seleção

1. Qualidade/mérito intelectual

- Qual é a qualidade da ciência proposta? Em que medida as metas e os objetivos do projeto da equipa são inovadores?
 - Em que medida a atividade faz avançar o conhecimento e a compreensão no seu próprio domínio e em diferentes domínios?
 - Em que medida a atividade proposta sugere e explora conceitos criativos, originais e inovadores?

2. Adequação aos objectivos do convite (incluindo a participação dos usuários e impactos sociais ou mais vastos)

- Abordagem de, pelo menos, um dos tópicos do convite;
- Envolvimento dos usuários da pesquisa/atores sociais (tomadores de decisão, políticos relevantes, entidades reguladoras, organizações não-governamentais, comunidades locais e povos indígenas ou indústria) e eficácia das atividades de intercâmbio de conhecimentos propostas;
- Impactos esperados: por exemplo, sociais, políticos, econômicos;

- Quais poderão ser os benefícios da atividade proposta para a sociedade (por exemplo, desenvolvimento de políticas, economias)?
- Como foram envolvidos os usuários/atores sociais e qual a eficácia dos mecanismos propostos para a transferência de conhecimentos para os tomadores de decisão?
- A colaboração em termos de pesquisa se concentra em desafios globais para os quais as soluções só podem ser alcançadas através de abordagens científicas globais?

3. Pessoal/qualidade do consórcio

- Competência e especialização das equipas e complementaridades dos membros do consórcio;
 - Qual o nível de qualificação dos proponentes (líder do consórcio e equipe) em termos de conhecimentos científicos, competências e experiência para realizar o projeto?
 - Qual é a qualidade dos trabalhos anteriores em termos de contribuições passadas ou potenciais e de impacto no projeto proposto e em outras áreas de pesquisa?
 - A equipe líder do consórcio (incluindo quaisquer co-investigadores principais identificados) é capaz de liderar o projeto, por exemplo, tendo fortes competências de gestão e liderança, ou tendo complementaridade de conhecimentos e sinergia dos membros da equipe?
- O Fórum Belmont tem como objetivo aumentar a acessibilidade das oportunidades de pesquisa, especialmente para as comunidades marginalizadas. Neste espírito, avalie a diversidade da equipe do consórcio tendo em conta os múltiplos fatores, incluindo: geografia, gênero, etnia e nacionalidade, formação ou antecedentes, bem como a inclusão de povos indígenas e detentores de conhecimentos locais.
- Qual é o valor acrescentado da cooperação internacional? Se for caso, indique em que medida os investimentos existentes das organizações parceiras são aproveitados no projeto proposto;
 - Se estas parcerias existem atualmente, o que é que este novo financiamento lhes permite fazer que não poderiam fazer de outra forma?

4. Coprodução e relevância social

- Existem abordagens transdisciplinares integradas ao longo do ciclo de desenvolvimento planejado do projeto? (co-construção, co-identificação, co-desenvolvimento)
- As partes societais/interessadas estiveram envolvidas na concepção e no desenvolvimento inicial da proposta?
- Os resultados propostos para o projeto revelam uma verdadeira relevância/impacto social (no terreno)?

- Estão previstas disposições para que todos os parceiros (incluindo as partes interessadas/sociedade) partilhem equitativamente os impactos/benefícios no terreno resultantes deste projeto?

5. Recursos e gestão

- Adequação dos recursos e dos financiamentos solicitados;
- Cooperação equilibrada;
- Até que ponto a atividade proposta está bem concebida e organizada?
- Existe um plano operacional com objetivos bem definidos?
- O plano de coordenação é adequado?
- O acesso aos recursos é suficiente?
- Os investimentos solicitados são bem justificados e pertinentes?
- As contribuições científicas e financeiras solicitadas às organizações parceiras de cada país são equilibradas?

6. DDOMP

- O DDOMP está em conformidade com a [Política de Dados Abertos do Belmont Forum](#) e com os [princípios FAIR](#)?
- O DDOMP tem em conta os princípios [CARE](#)?
- O DDOMP é devidamente pormenorizado e dispõe dos recursos necessários para ser levado adiante de forma eficaz?

Como se candidatar:

- Todos os documentos do convite à apresentação de propostas, incluindo as diretrizes para os candidatos e os requisitos nacionais/regionais, bem como o portal de apresentação de propostas, podem ser consultados no site do Belmont Forum Grant Operations: <http://bfgo.org>.
- As informações detalhadas sobre o convite e o processo de candidatura são apresentadas no site do Belmont Forum: <http://www.belmontforum.org>, onde também se encontram links para módulos de formação para proponentes no canal YouTube do Belmont Forum.
- Antes de começarem a preparar as propostas, aconselha-se os candidatos a contactarem os seus Pontos de Contacto Institucionais, indicados nos documentos anexos do convite.

Cronograma do convite:

Este convite tem um processo de apresentação em duas fases. Os prazos para submissão são:

- A pré-proposta (obrigatória para a apresentação da proposta completa) deve ser apresentada em **31 de agosto de 2024, até às 20:00 UTC** e deve ser apresentada online.
- As atividades de reforço de capacidades e as atividades de redes de colaboração terão início em **abril de 2024** e prolongar-se-ão até **31 de dezembro de 2024**. Estas atividades e projetos são **voluntários** e destinam-se a melhorar a proposta de cada consórcio.
- As propostas completas devem ser apresentadas online até **31 de dezembro de 2024 até às 20:00 UTC**.
- Todas as propostas podem ser escritas em inglês, francês, espanhol ou português.

As propostas devem descrever claramente a forma como o projeto proposto irá abordar os temas do convite e realizar os tópicos escolhidos. As propostas bem-sucedidas incluirão orçamentos bem justificados, repartição de fundos e atribuição de responsabilidades e tempo. Os projetos devem ter planos bem pensados e detalhados de gestão dos dados, de envolvimento das partes interessadas no projeto e de gestão da comunicação. Devem ser descritos os planos para proporcionar uma ampla acessibilidade pública dos dados, resultados e conclusões. **Os projetos bem sucedidos deverão participar em atividades coordenadas durante todo o período de desenvolvimento do projeto, incluindo atividades iniciais, intermediárias e finais.**

Sobre o Belmont Forum

Fundado em 2009, o Belmont Forum (doravante Fórum) é uma parceria de organizações de financiamento, conselhos científicos internacionais e consórcios regionais comprometidos com o avanço da ciência transdisciplinar. As operações do Fórum são guiadas pelo **Desafio Belmont**, um documento de visão que incentiva: *Pesquisa transdisciplinar internacional que forneça conhecimento para a compreensão, mitigação e adaptação às mudanças ambientais globais.*

Os membros do Fórum e as organizações parceiras trabalham em colaboração para responder a este desafio, lançando convites internacionais à apresentação de propostas, comprometendo-se com as melhores práticas para o acesso a dados abertos e proporcionando formação transdisciplinar. Para esse efeito, o Belmont Forum também está trabalhando para melhorar a capacidade mais ampla de realizar pesquisa transnacional sobre mudanças ambientais através da sua iniciativa **e-Infraestrutura e Gestão de Dados**.

Desde a sua criação, o Fórum já realizou com sucesso 21 convites à apresentação de propostas, apoiando mais de 1.000 cientistas e partes interessadas, representando mais

de 90 países. Os temas abordados pelos CRAs incluíram a segurança da água doce, a vulnerabilidade costeira, à segurança alimentar e as mudanças no uso da terra, a previsibilidade climática e as ligações inter-regionais, a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas, a observação do Ártico e a ciência para a sustentabilidade, e as montanhas como sentinelas da mudança. Os novos temas são desenvolvidos através de um processo de definição do âmbito e disponibilizados para propostas através do site do Belmont Forum e do seu site [BF Grant Operations](#).

Sobre a Fundação Nacional de Pesquisa, África do Sul

A NRF é um organismo estatutário independente criado através da [Lei da Fundação Nacional de Pesquisa \(Lei n.º 23 de 1998\)](#), na sequência de uma revisão de todo o sistema efetuada para o Departamento de Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia (DACST). A nova entidade incorporou as funções das agências de financiamento de pesquisa que anteriormente prestavam serviços a vários setores da comunidade de pesquisa, nomeadamente o antigo Centro para o Desenvolvimento da Ciência (CSD) do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas (HSRC) e a antiga Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa (FRD), que incluía várias instalações nacionais de pesquisa.

Enquanto agência de pesquisa e desenvolvimento científico mandatada pelo Governo, a NRF financia a pesquisa, o desenvolvimento de capacidades humanas de ponta e de infra-estruturas de pesquisa essenciais para promover a produção de conhecimentos em todos os domínios disciplinares. O objetivo da NRF é criar instrumentos de financiamento inovadores, promover o desenvolvimento de carreiras de pesquisa, aumentar o envolvimento do público na ciência e estabelecer plataformas de pesquisa de ponta que transformem o panorama científico e inspirem uma comunidade de pesquisa representativa a aspirar à competitividade global. A NRF promove os interesses da pesquisa e inovação sul-africanas em todo o país e internacionalmente e, em conjunto com instituições de pesquisa, empresas, indústria e parceiros internacionais, constrói pontes entre as comunidades de pesquisa para benefício mútuo que contribui para o Desenvolvimento Nacional.